

SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

- 6ª REUNIÃO PLENÁRIA -

(25 e 26 Novembro 2002)

ACTA DA REUNIÃO

Aos 25 e 26 de Novembro de 2002 realizou-se em Lisboa, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, a 6ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa /SPAD, nos termos da alínea b., parágrafo 2. do Cap. III do Normativo do SPAD, aprovado por ocasião da III Reunião dos Ministros da Defesa dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Luanda em 22 e 23 de Maio de 2000.

Presidiu à Reunião o Major-General José Luís Pinto Ramalho, Director-Geral de Política de Defesa Nacional de Portugal, na qualidade de Coordenador do SPAD ao nível das Reuniões do Núcleo Permanente e das Plenárias.

Participaram os delegados dos Ministérios da Defesa e dos Estados-Maiores de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, conforme Lista Nominativa que se anexa à presente Acta (Anexo B).

O Coordenador do SPAD, na Abertura dos Trabalhos recordou aos Delegados presentes que o facto de ainda não ter sido possível a presença de Timor Leste nestas Reuniões é compreensível dado o esforço por que passa este novo País ao nível da criação e desenvolvimento das instituições do Estado. Contudo, formulou votos para que seja possível a partir da próxima Reunião podermos contar com a participação de Delegados de Timor-Leste. Neste contexto, aconselhou a que se difundisse cópia da presente Acta para as competentes autoridades timorenses.

Simultaneamente congratulou-se pela concretização da paz em Angola e pelos esforços que estão a ser conduzidos para a estabilidade e desenvolvimento das populações.

Relativamente aos aspectos substantivos que enformam a Agenda da presente Reunião, reiterou a importância dos temas inscritos, bem como a necessidade de se garantir a implementação do Programa de Intercâmbio no domínio da Formação Militar em 2004, aprovado na última Reunião Ministerial.

Apelou, especialmente, para a necessidade de, no âmbito do desenvolvimento do Centro de Análise Estratégica/ CAE, se implementarem os Núcleos Nacionais cuja função subsidiária é de extrema importância, designadamente para o tratamento do 1º tema de reflexão estratégica, o qual já deverá estar em desenvolvimento aquando da próxima Reunião Ministerial, prevista para Maio de 2003.

O Coordenador teceu considerações sobre os Exercícios Militares da Série FELINO, os quais indubitavelmente dão conteúdo e visibilidade à componente Segurança e Defesa da CPLP, realçando o êxito do FELINO 2002, realizado recentemente no Brasil, no formato FTX, destacando a manobra logística na área do transporte de forças, a qual evidenciou a real capacidade de projecção de forças dos diferentes países da CPLP.

Ao terminar as suas notas de abertura desta Reunião, o Coordenador apelou a todos os Delegados presentes para a necessidade de se reforçarem as acções que darão conteúdo a esta componente da CPLP, designadamente através de Seminários e, eventualmente, aproveitando a natureza e capacidades do CAE para aplicação temática em exercícios militares combinados.

Os temas debatidos ao longo dos dois dias da Reunião Plenária constam da agenda previamente distribuída (anexo A).

No Ponto Prévio – Aprovação da Agenda de Trabalhos, a Delegação Moçambicana solicitou a não discussão do Ponto 2B - PROJECTO DE

REGULAMENTO DO CAE – tendo declarado que faria a difusão do mesmo até finais de Dezembro de 2002.

Seguiu-se a discussão dos Pontos constantes da Agenda em anexo A, destacando-se em cada um os seguintes aspectos:

Ponto 1 - Análise das matérias constantes da Declaração Final da V Reunião Ministerial de Lisboa

- Desenvolvimento do Centro de Análise Estratégica/ CAE, com especial incidência na aplicação do Fundo Especial de natureza financeira para o funcionamento do CAE;
- Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar, tendo as Delegações acordado em enviar, até à 7ª Reunião Plenária do SPAD, a listagem dos Cursos e Vagas para que seja elaborado o Projecto de Programa para 2004, afim de serem objecto de aprovação na próxima Reunião Ministerial;
- Exercícios Militares Combinados da série FELINO;
- III Encontro de Medicina Militar da CPLP;
- 5ª Reunião de CEMGFA's e VI Reunião Ministerial em 2003.

Ponto 2 – Centro de Análise Estratégica

Ponto 2A – O Presidente da Comissão Instaladora do CAE, que integrou a Delegação Moçambicana à presente Reunião fez uma exposição sobre as instalações do CAE, cujas obras em curso permitiram a reabilitação parcial do edifício.

Apresentou um Plano de Actividades para 2003 (Anexo C), que foi distribuído a todos os Delegados presentes. Apelou aos presentes para a necessidade de se activarem os Núcleos Subsidiários por parte dos restantes países, bem como para a escolha dos temas a trabalhar para o Grupo de Reflexão, apontando para que o

primeiro grupo inicie o seu trabalho para Maio de 2003. Referiu, também, a intenção da Direcção do CAE visitar centros congéneres, nomeadamente o Instituto de Defesa Nacional de Angola. No que toca às dificuldades para o funcionamento do CAE, o Presidente da Comissão Instaladora invocou a necessidade de reciclagem de técnicos de informática, bibliotecários, documentalistas e arquivistas.

A Delegação Portuguesa sublinhou a necessidade de, o mais breve possível, se activar o Site Privado sem o qual não haverá possibilidade de troca de informação entre os Núcleos Subsidiários e a Sede, bem como da actualização do Site Público que se constitui como instrumento de elevada divulgação das actividades da componente Segurança e Defesa da CPLP. Relativamente aos temas para trabalho do Grupo de Reflexão, referiu que seria preferível trabalhar-se num só tema, a escolher de entre os que vierem a ser propostos, congregando as sinergias constituídas pelas capacidades dos Núcleos Subsidiários em contraponto à dispersão em vários temas. Anunciou a oferta de equipamento informático ainda durante o próximo mês de Dezembro para viabilizar o carregamento do Site Público e o desenvolvimento do Site Privado, sublinhando a necessidade de, na sede do CAE, existirem técnicos devidamente habilitados para garantirem a manutenção e o funcionamento daqueles Sites. Quanto ao plano de visitas da Direcção do CAE, a delegação portuguesa referiu que o CAE é órgão de reflexão estratégica vocacionado para o domínio da cooperação multilateral na área da Segurança e da Defesa, devendo por isso privilegiarem os contactos com centros congéneres.

A Delegação Angolana referiu a necessidade de os temas de reflexão prosseguirem objectivos ligados a realidades concretas, tal como as operações de apoio à paz e simultaneamente maximizar a utilização dos recursos existentes. Quanto à intenção da Direcção do CAE visitar o IDN de Angola, solicitou dados concretos sobre tal desiderato, referindo que já existe em Angola um Centro de Estudos Estratégicos de natureza privada.

A Delegação Brasileira salientou a necessidade de se proceder rapidamente, à escolha de um só tema de reflexão para ser trabalhado pelos Núcleos Nacionais e

anunciou que havia enviado para Moçambique um lote de monografias e publicações periódicas destinadas a enriquecer a Biblioteca da sede do CAE.

A Delegação Caboverdeana declarou a elevada motivação do seu Ministro da Defesa para a constituição, a breve prazo, do seu Núcleo Nacional e alertou para os custos inerentes às deslocações para visitas de intercâmbio entre entidades relacionadas com os estudos e reflexões no âmbito estratégico.

A Delegação Guineense sensibilizou os restantes Delegados para os problemas inerentes à reorganização da Defesa e das Forças Armadas da Guiné-Bissau, apelando para a compreensão geral no que diz respeito às dificuldades na criação e constituição do seu Núcleo Nacional. Concordaram na escolha de um só tema, apontando como alternativa aos intercâmbios que impliquem deslocações, o recurso aos meios disponíveis na INTERNET.

A Delegação Santomense reiterou a importância do CAE como instrumento privilegiado de divulgação das acções da CPLP, referindo que na próxima Reunião do SPAD estará em condições de anunciar a concretização do Núcleo Nacional do CAE, em S. Tomé e Príncipe. Referiu, ainda, que a escolha do 1º tema fosse suficientemente abrangente para cobrir os interesses de todos os países da CPLP.

Após estas intervenções destacam-se como principais conclusões:

- Todos os países enviarão para a sede do CAE, até 20 Dezembro 2002, uma relação de temas para ser submetido a um processo de escolha por parte dos países da CPLP devendo ser eleito o mais votado o qual será objecto de imediato trabalho por parte dos Núcleos Nacionais, já activados, com vista à apresentação do mesmo na Reunião Ministerial de Maio de 2003;
- Os países que não dispõem, ainda, de Núcleos Nacionais devem indicar, à sede do CAE, um Focal Point com endereço electrónico;
- O Plano de Actividades do CAE para 2003 deverá ser reformulado para uma melhor identificação das actividades, designadamente a questão da

inauguração e a forma que revestirá (Seminário?) coincidente com a realização do FELINO 2003;

- Necessidade de se garantir, na sede do CAE, a existência de recursos humanos tecnicamente especializados para a operação e manutenção dos meios informáticos para o funcionamento integral dos Sites Público e Privado;
- Difusão atempada do nome e do curriculum vitae da personalidade, a indigitar por Moçambique, para o cargo de Director do CAE, a homologar em sede da Reunião Ministerial de Maio de 2003.

Ponto 2C – Aplicação do Fundo Especial (contribuições dos Países) para o funcionamento do CAE

O documento difundido pela Delegação Moçambicana irá ser reformulado dados os seguintes factores:

- Foi indevidamente incluído no montante global a contribuição de Timor Leste, dado que este país não foi subscritor da Declaração Anexa ao Estatuto do CAE para efeitos de financiamento;
- Não foram abatidas as parcelas dos encargos assumidos por Portugal em 2001, 2002 e 2003 (acordados bilateralmente com Moçambique) relativamente à manutenção e desenvolvimento dos Sites (conforme documento difundido a todas as Delegações no decurso da Reunião pela Delegação Portuguesa) (Anexo D).

A metodologia para a implementação das transferências bancárias para Moçambique, até Março de 2003, no montante mínimo de 2.500 USD por cada país, será anunciada por Moçambique a breve prazo, conforme referido pela Delegação Moçambicana.

Ponto 3 – Conclusões sobre o Exercício FELINO 2002

A Delegação Brasileira fez uma apresentação detalhada complementada com suporte de vídeo sobre todas as fases do Exercício, concluindo-se que a realização desta série de Exercícios no Formato FTX está consolidada. Foi realçado o apoio de Angola e de Cabo Verde para a movimentação das forças e sublinhado o elevado espírito de missão, bem como a real e efectiva capacidade de interacção dos militares dos países participantes. Salientou-se a contribuição que o Site Público do CAE forneceu para elaboração de vários documentos que serviram de base para a divulgação deste Exercício, feita pelo Exército Brasileiro através do seu site próprio com actualizações diárias, permitindo o seu acompanhamento permanente.

A Delegação Caboverdeana sugeriu que, em futuros Exercícios, seja informada com maior antecedência da chegada dos equipamentos e das características das aeronaves a fim de se poder tempestivamente agilizar os procedimentos desalfandegários, autorização de sobrevoo e aterragem, bem como a isenção de taxas aeroportuárias.

Todas as Delegações reconheceram a necessidade de criação de mecanismos tendo em vista a normalização da doutrina e procedimentos operacionais neste tipo de Exercícios.

As Delegações manifestaram o seu agrado pela forma eficiente como o Exercício foi conduzido e o êxito dos objectivos propostos, realçando-se a elevada visibilidade que as Forças Armadas Brasileiras conseguiram dar a este Exercício em particular e à CPLP em geral. Todas as Delegações agradeceram as condições criadas pelo Brasil para a realização deste Exercício.

No final da discussão deste ponto, a Delegação Brasileira entregou ao Núcleo Permanente do SPAD suporte documental, vídeo e digital que ilustra o desenvolvimento de todo o Exercício.

Ponto 4 – III Encontro de Medicina Militar da CPLP

Foram difundidas a todas as Delegações, pelo Núcleo Permanente do SPAD, as Conclusões dos Trabalhos deste Encontro, tendo-se acordado no aproveitamento do Site Público do CAE para a divulgação, designadamente dos Resumos dos trabalhos apresentados dado o interesse dos temas, de entre os quais se destacam o Bioterrorismo, a Medicina de Catástrofe e em Ambiente NBQ, Doenças Infecciosas e Parasitárias, Qualidade em Serviços de Saúde Militar, entre outros.

Ponto 5 – Diversos

A Delegação Angolana reiterou a disponibilidade manifestada pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, durante a 4ª Reunião de CEMGFA's, em realizar o Exercício da série FELINO 2004, no formato FTX, em território angolano.

A Delegação Brasileira anunciou que a Reunião de CEMGFA's terá lugar entre 21 e 30 de Abril de 2003, sendo o local e a data precisa comunicado atempadamente.

A Delegação Caboverdeana reiterou a disponibilidade já anteriormente anunciada em acolher a Reunião de CEMGFA's – 2004, na Cidade da Praia, bem como a realização, em 2005, do Exercício da série FELINO no formato CPX.

A Delegação da Guiné-Bissau solicitou apoio, ao nível bilateral, a todas as Delegações para a constituição e funcionamento do seu Núcleo Nacional do CAE.

A Delegação Moçambicana solicitou a todas as Delegações um esforço no sentido de remeterem para a sede do CAE toda a documentação de interesse. Sublinhou a urgência na colocação do equipamento informático disponibilizado, bilateralmente, por Portugal e solicitou que fosse lavrado em Acta para conhecimento de todos que actualmente o contacto com a sede do CAE deverá ser feito através do número de fax 00258-1-414418.

A Delegação Portuguesa solicitou informação sobre a realização do Exercício da série FELINO em 2003 (CPX), em Moçambique, aconselhando a activação dos canais

técnicos entre Estados Maiores Gerais para conhecimento da data, do cenário e inerente selecção dos militares participantes.

A Delegação Santomense, no âmbito da preparação da VI Reunião Ministerial, a realizar na segunda quinzena de Maio de 2003, em S. Tomé, reiterou o pedido para a contribuição e o apoio dos demais países participantes, comprometendo-se a apresentar, até ao final do ano, a listagem das eventuais necessidades.

[Handwritten signature]
TCor
Eudes
dos Santos

Lisboa, aos vinte e seis do mês de Novembro do ano de dois mil e dois

O Coordenador

Major-General José Luís Pinto Ramalho

A Delegação Angolana

[Handwritten signature]
CMG António José Oliveira Miranda

[Handwritten signature]
Cor André Alberto António Kizua

[Handwritten signature]

A Delegação Brasileira


[Handwritten signature]
General Ronald Silva Marques

[Handwritten signature]
CMG Carlos Tormento

[Handwritten signature]
CMG Fernando Lima Carvalho

[Handwritten signature]
TCor Eudes dos Santos

A Delegação Caboverdiana



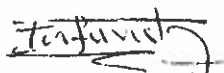
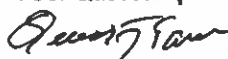
TCor Pedro dos Reis Brito



Cap Pedro Almeida

A Delegação Guineense

TCor Quessanque N'Nam

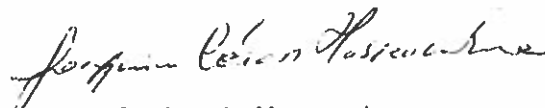


Major Fernando Infante

A Delegação Moçambicana

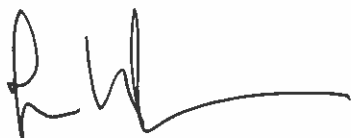


Cor Domingos Salazar Manuel

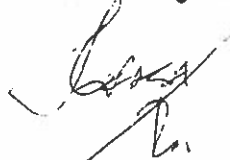


Cor Joaquim Massavanhane

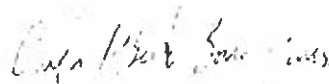
A Delegação Portuguesa



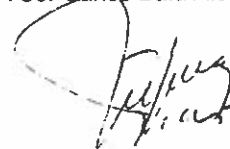
Drª Maria Luis Figueiredo



TCor Jorge Graça



TCor Carlos Baia Afonso




TCor Augusto Gonçalves

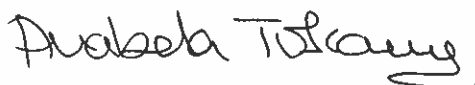
A Delegação Santomense



Major Alfredo Marçal Lima



A Secretária



Dr.ª Anabela Toscano

Anexos:

Anexo A – Agenda da 6ª Reunião do SPAD

Anexo B – Lista Nominativa de Participantes

Anexo C – Plano de Aplicação do Fundo Especial (Contribuições dos Países) para o funcionamento do CAE

Anexo D – Cronograma do apoio de Portugal, ao nível bilateral, para implementação dos Sites do CAE

